

Pacote anticrise para salvar real

Paulo Silva Pinto
Da equipe do Correio

O governo anunciou ontem um pacote com o qual tenta remendar estrago iniciado há três meses, o estopim da crise financeira que o Brasil atravessa. Quem tinha dinheiro aplicado em fundos de investimento financeiro (FIFs) não esquece a ressaca de Corpus Christi. Na véspera do feriado, mudaram as regras dos fundos compostos de títulos do governo. O saldo do investidor passou a ser atualizado pelo preço do dia e não mais pelo valor que o governo promete pagar no fim do prazo do papel — em alguns casos, vários anos mais tarde. Com a insegurança eleitoral que já havia começado, a nova regra provocou perdas imediatas de 4% em média nos fundos, antes considerados investimento estável e seguro.

De maio para cá, muitos investidores transferiram o dinheiro para cadernetas de poupança, CDBs, dólar, imóveis e até mesmo para a conta corrente dos bancos. A sangria dos FIFs, que tinham patrimônio de aproximadamente R\$ 350 bilhões em maio, foi de R\$ 38 bilhões. O pior é que

a fuga provoca insegurança ainda maior na economia e faz os títulos do governo perderem mais valor. Os fundos têm novas perdas e o ciclo vicioso se completa.

“Queremos acalmar a vida financeira dos cidadãos e das empresas”, disse ontem à noite o diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Luiz Fernando Figueiredo, responsável no dia 31 de maio pelo anúncio da desastrosa “marcação a mercado”, como foi chamada a medida que deu o pontapé na crise.

A mudança diária de valor não valerá mais para os títulos de curto prazo, com vencimento em até um ano, de acordo com uma das medidas do pacote que é de responsabilidade da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os fundos compostos por esses papéis passarão a ser um refúgio para quem não quer risco. Mas isso só vai dar certo se os investidores não correrem para sacar tudo o que têm de uma vez. Caso contrário, os títulos terão que ser vendidos pelo valor de mercado, que poderá ser mais baixo do que o valor contábil. Para evitar isso, os gerentes dos fundos terão que provar à CVM que a média de saques no

Nos fundos com títulos de longo prazo permanece o risco de perda. “Mas a remuneração deverá ser vantajosa”, diz Figueiredo. Se houver muita procura por fundos garantidos, serão oferecidos títulos de curto prazo em troco dos de longo prazo.

O BC vai recomprar os títulos públicos desvalorizados no mercado e com isso elevará as cotações desses papéis. Usará R\$ 11 bilhões do dinheiro dos correntistas. Os bancos são obrigados a entregar ao BC uma parte do dinheiro dos depósitos. Os depósitos em poupança passam a ter 25% de recolhimento compulsório em vez de 20%. Os depósitos à vista deixarão no BC 48% em vez de 45% e os depósitos a prazo subirão de 15% para 18%.

Além de elevar o valor dos títulos públicos com a recompra, o BC também vai tirar de circulação dinheiro que servia de combustível para a especulação com o dólar. Analistas de mercado explicam que muitos bancos estavam usando o dinheiro dos clientes para comprar dólares e revender com a cotação mais alta, embolsando o lucro. Avaliam que o pacote neutralizará a crise que ameaça todo o sistema financeiro.



FIGUEIREDO, DO BC: RECOMpra DE TÍTULOS PÚBLICOS VAI VALORIZAR FUNDOS

AS MEDIDAS

1 O Banco Central aumentou o depósito compulsório dos bancos. Antes, de todo o dinheiro depositado na poupança, 20% deveria ficar no BC. Agora são 25%. No caso dos depósitos à vista, em conta corrente, o compulsório passa de 45% para 48%. Depósitos a prazo, de 15% para 18%.

Assim, o BC terá R\$ 11 bilhões em caixa para comprar títulos públicos que estão desvalorizados. Aumentará a cotação dos títulos e com isso a rentabilidade dos fundos de investimento. Além disso, vai tirar de circulação dinheiro que alguns bancos usavam para especular com o dólar.

2 Os fundos de investimento não terão mais que ajustar o saldo todos os dias pelo valor de mercado dos títulos com vencimento em menos de um ano. Com isso, os fundos com títulos de curto prazo ficarão mais seguros. Os outros poderão perder valor, mas a rentabilidade será maior.

3 O Tesouro Nacional vai emitir títulos de curto prazo se houver grande procura pelos fundos em que o valor investido é garantido. Haverá menos títulos de longo prazo, que serão resgatados. Diminuirá, assim, o prazo de vencimento da dívida pública, o que é negativo para a estabilidade do país.